

A TEOLOGIA QUE DESCONSTRÓI MITOS

THEOLOGY THAT DECONSTRUCTS MYTHS

 <https://doi.org/10.63330/armv1n2-015>

Submetido em: 29/04/2025 e Publicado em: 02/05/2025

Rafael Venchiarutti

Bacharelado em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, RS

Charles Klemz

Doutor em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, RS

RESUMO

A forma como utilizamos a nossa linguagem pode influenciar comportamentos e definir a maneira em que vivemos. Para o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, as fronteiras da linguagem são as fronteiras do mundo. Este artigo busca refletir sobre a linguagem utilizada por pastores e pregadores em nossas comunidades de fé na produção de seus discursos religiosos que podem transformar pensamentos e impactar o convívio social. Na atualidade, a linguagem utilizada por nossas lideranças espirituais é meramente baseada em opiniões pessoais com o simples objetivo de cativar e convencer as multidões, ou elas são embasadas em estudos devidamente interpretados de acordo com os critérios teológicos? A teologia é uma produção mítica ou lógica? Ficcional ou científica? Qual a relação dessa disciplina do saber com essas formas de linguagem? É o que pretendemos apresentar a seguir, com o objetivo de refletir sobre nossas experiências religiosas e a forma em que esses conteúdos nos são transmitidos em nossas comunidades de fé.

Palavras-chave: Linguagem teológica; Discurso religioso; Teologia e logos; Teologia e mitos; Teologia e ciência.

ABSTRACT

The way we use language can influence behavior and define the way we live. For the Austrian philosopher Ludwig Wittgenstein, the borders of language are the borders of the world. This article seeks to reflect on the language used by pastors and preachers in our faith communities in the production of their religious discourses, which can transform thoughts and impact social interaction. Nowadays, is the language used by our spiritual leaders merely based on personal opinions with the simple aim of captivating and convincing the crowds, or is it based on studies duly interpreted according to theological criteria? Is theology a mythical or logical production? Fictional or scientific? What is the relationship between this discipline of knowledge and these forms of language? This is what we intend to present below, with the aim of reflecting on our religious experiences and the way in which these contents are transmitted to us in our faith communities.

Keywords: Theological language; Religious discourse; Theology and logos; Theology and myths; Theology and science.



1 INTRODUÇÃO

Em sua obra “Tratado Lógico-Filosófico”, o pensador austríaco Ludwig Wittgenstein (2015, p. 114) destacou que os limites da linguagem significam os limites do mundo. Logo, é de se pressupor que, quanto mais ampliamos a nossa linguagem, mais ampliamos o nosso próprio mundo. Diante dessa afirmação, comunicadores, professores, políticos e nossas lideranças religiosas, por exemplo, precisam analisar não somente a forma como utilizam suas linguagens, mas também o conteúdo das mesmas, porque elas, além de refletirem seus respectivos mundos e realidades, são responsáveis pela formação de novos mundos dentro do microcosmo particular de quem os ouve. Nessa perspectiva sobre o mundo em que vivemos, de caráter pós-moderno, industrial, consumista, influenciado pela cultura de massas e contemporâneo à era da pós-verdade, se observa constantemente os efeitos desastrosos causados pela batalha midiática travada nos grandes veículos de comunicação utilizando a mentira e as *fake news* como principais armas de combate. Este é um mal que também acomete os púlpitos de igrejas cristãs que, em muitos casos, se abriram para a mentira. Muitos, por não conhecerem a verdade cometem aberrações teológicas, se entregam a mitos e os reproduzem em suas comunidades de fé. Mas para o apóstolo Paulo, isso já era algo esperado logo no século I d.C. Em sua segunda carta ao jovem Timóteo, Paulo explica que “[...] haverá tempo em que não suportarão a sã doutrina; pelo contrário, cercar-se-ão de mestres segundo as suas próprias cobiças, como que sentindo coceira nos ouvidos; e se recusarão a dar ouvidos à verdade, entregando-se às fábulas”. (2Tm 4.3,4. ARA). Nesse último versículo, a Bíblia NVI, traduz a palavra “fábula” em um sentido mais literal: μῦθος (*mythos*). “Eles se recusarão a dar ouvidos à verdade, voltando-se para os mitos”. (2Tm 4.4). E no atual cenário cristão, qual seria o papel da teologia para a desconstrução dos mitos ou fábulas, que ainda se formam nos diversos contextos religiosos? Em um primeiro momento, é preciso buscarmos uma definição para a palavra teologia. Formada pelos vocábulos gregos θεο (*Theo* = Deus) e λογία (*logia* = estudo) teo-logia tem como significado literal o “estudo de Deus”. Ao analisar o seu segundo vocábulo “λογία” observa-se que ele possui a raiz λογ (*log*) que é a mesma da palavra λόγος (*logos*). Iremos, em seguida, analisar essa palavra e a sua relação com a teologia para formação desse conhecimento como uma disciplina do saber.

Partindo dessa perspectiva, este artigo propõe uma reflexão sobre os discursos produzidos por pastores e pregadores em comunidades de fé, investigando como a linguagem religiosa pode transformar pensamentos e impactar o convívio social. Diante desse cenário, surge um questionamento fundamental: os discursos proferidos por nossas lideranças espirituais atualmente estão fundamentados em estudos teológicos criteriosos, ou se baseiam unicamente em opiniões pessoais com o objetivo de atrair e convencer os ouvintes? A teologia, nesse contexto, apresenta-se como uma produção mítica ou lógica? Ficcional ou científica? Qual a natureza dessa disciplina do saber e como ela se relaciona com as diversas formas de linguagem utilizadas em espaços religiosos?



Estas são as questões que orientam a presente investigação, cujo objetivo é refletir criticamente sobre as experiências religiosas contemporâneas e os modos como seus conteúdos são comunicados e apreendidos nas comunidades de fé, tendo como referencial teórico Rudolf von Sinner (2007) e seus estudos sobre a teologia como ciência.

2 A TENSÃO ENTRE O MITO E O LOGOS

Antes de adentrar na literalidade e no sentido da palavra *θεολογία* (*theologia*) é preciso analisar primeiro, a relação histórica entre as palavras mito e logos. O historiador e antropólogo francês, Jean-Pierre Vernant (1999, p.171), especialista na temática da Grécia Antiga, explica que por sua origem e por sua história, a noção de mito que herdamos dos gregos pertence a uma tradição de pensamento que é própria do Ocidente e na qual o mito se define pelo que não é, numa dupla relação de oposição ao real, por um lado (o mito é ficção), e ao racional, por outro (o mito é absurdo).

Para que o domínio do mito se delimite em relação a outros, para que através da oposição de *mythos* e *logos*, dali em diante separados e confrontados, se desenhe a figura do mito própria da Antiguidade clássica, foi preciso toda uma série de condições cujo jogo, entre o oitavo e o quarto séculos antes de nossa era, fez cavar, no seio do universo mental dos gregos, uma multiplicidade de distâncias, cortes e tensões internas. (VERNANT, 1999, p.172).

Kris Jareski (2015, p.13) explica que é conhecida a tese do nascimento da filosofia como momento de ruptura em relação ao pensamento mítico, a partir do esquema da descontinuidade entre "mito" e "logos", que fundamenta toda uma tradição interpretativa.

Nessa linha de compreensão - datada -, que sustenta o advento de um "milagre grego", a explicação mítica dos fenômenos do mundo teria sido bruscamente substituída por uma nova visão racional, num processo semelhante ao ensejado pelo surgimento do Iluminismo, no século XVIII. (JARESKI, 2015, p.13).

Jareski (2015, p.16) argumenta que a mudança de perspectiva verificada entre o abandono das justificativas mitológicas e a adesão à explicação lógico-conceitual, no caso da filosofia - não mais narrações a partir de imagens sensíveis, mas sim um logos capaz de justificar aquilo pelo que tudo é -, "foi representada pelos estudiosos como uma 'passagem do mito à razão' ou, como preferem alguns, do mito à filosofia".

Para Jareski (2015, p.26), uma das dificuldades do estudo do mito, levando em conta a perspectiva filosófica, religiosa ou mesmo antropológica, decorre de sua grande polissemia e da função social nas diversas culturas.



Assim, sem um étimo norteador, temos muitos sentidos à frente: *mythos* pode significar palavra, discurso, conservação, relato, fábula, saga. Em outro sentido, já sob o influxo de desenvolvimentos históricos posteriores, é narração de uma história "inventada". [...] Privilegiando o estudo mito nas religiões das sociedades "primitivas", nas quais ele ainda é uma potência viva e atuante, Eliade constata que, para esses homens "arcaicos", há "fábulas" e "lendas" chamadas "mitos" e que são considerados verdadeiros. (JARESKI, 2015, p.26,27).

Jareski (2015, p.28), explica que o ponto de partida é o sentido mais básico de *mythos* que, sendo "palavra" está em ligação com *logos*, que também é "palavra". "Diferenciam-se aos poucos, e por volta do século IV a.C. consolidou-se a alteridade, que rege ainda hoje a compreensão moderna, ao surgir nesse par de noções como falsidade e veracidade".

Segundo Jareski (2015, p.57), a tensão entre mito e filosofia que remonta a Xenófanes, em Platão, encontra corroboração (o estabelecimento de critérios mais precisos para a diferenciação entre mito e discurso argumentativo) e superação ao mesmo tempo. "Não só ele criou a palavra mitologia, como preocupou-se em defini-la, distinguindo-a do *logos* argumentativo". (JARESKI, 2015, p.61). Circunscrito à forma exterior e à representação de imagens sensíveis, Jareski (2015, p.64) explica que o mito seria uma forma de pensamento ainda não amadurecida, algo dispensável quando o conceito atinge o seu pleno desenvolvimento.

Há sempre o risco, diz ele [Hegel], de que se tome por essencial algo que pertence somente à representação e não ao pensamento. Logo, pode-se renunciar ao mito como algo que não pertence à verdadeira filosofia de Platão, pois nos diálogos que expressam a essência da dialética não há o recurso ao mito, como no Parmênides, cujo conteúdo é formado exclusivamente por "pensamentos puros". (HEGEL, 1998, p. 97 *apud* JARESKI, 2015, p. 64-65).

3 A RUPTURA ENTRE O MITO E O LOGOS

Jean-Pierre Vernant (1999, p.174) explica que na e pela literatura escrita instaura-se nesse tipo de discurso onde o *logos* não é mais somente a palavra, onde ele assumiu o valor de racionalidade demonstrativa e se contrapõe nesse plano, tanto pela forma quanto pelo fundo, à palavra do *mythos*.

Contrapõe-se pela forma através da separação entre a demonstração argumentada e a textura narrativa da narrativa mítica; contrapõe-se pelo fundo através da distância entre as entidades abstratas do filósofo e as potências divinas, cujas aventuras dramáticas são contadas pelo mito. [...] Essa divergência funcional entre palavra falada e escrita interessa diretamente ao estatuto do mito. Se o verbo é orientado em direção ao prazer é porque ele age sobre o ouvinte à maneira de uma encantação. (VERNANT, 1999, p.174).

O historiador (1999, p.174) ressalta que essa magia da palavra falada que confere aos diferentes gêneros de aclamação - poesia, tragédia, retórica, sofisticada - um mesmo tipo de eficácia, constitui para os gregos uma das dimensões do *mythos* em oposição ao *logos*.



Renunciando voluntariamente ao dramático e ao maravilhoso, o logos situa sua ação sobre o espírito num nível diferente do da operação mimética (mimêsis) e da participação emocional (sympatheia). Ele se propõe estabelecer o verdadeiro após investigação escrupulosa e de anunciá-lo segundo um modo de exposição que, pelo menos de direito, só apela para a inteligência crítica do leitor. [...] Desse ponto de vista, tudo o que dava à palavra falada seu poder de impacto, sua eficácia sobre outrem, se acha dali em diante rebaixado à classe do mythos, do fabuloso, do maravilhoso, como se o discurso só pudesse ganhar na ordem do verdadeiro e do inteligível perdendo ao mesmo tempo na ordem do agradável, do emocionante e do dramático. (VERNANT, 1999, p.174-175).

Segundo Vernant (1999, p.177) é significativo que a mesma oposição entre o mythôdes, o maravilhoso próprio à expressão oral e aos gêneros poéticos, por um lado, e o *alêthinos logos*, o discurso verídico, por outro, se encontre nos filósofos e peça uma atitude de espírito análoga em relação ao mythos assimilado, em sua forma narrativa, a um conto de comadre, semelhante aos que as amas contam para distrair ou atemorizar as crianças.

Quando Platão, no Sofista, pretende desqualificar as teses de seus predecessores eleatas ou heraclitianos, censura-os por terem, à guisa de demonstração, utilizado o relato de acontecimentos dramáticos, peripécias e reversões imprevistas: Para mim têm o ar de nos contar mitos, como se faria com crianças. Segundo um deles, há três seres que ora guerreiam uns com os outros, ora, tornados amigos, nos fazem assistir a seus esponsais, partos, nutrição de pimpolhos (242 c-d). Discórdias, combates, reconciliações, casamentos, procriações, todo esse cenário da narração mítica pode seduzir espíritos pueris; nada traz para quem busca compreender, no sentido próprio desse termo, porque o entendimento se refere a uma forma de inteligibilidade que o mythos não comporta, e que o discurso explicativo é o único a possuir. [...] "as sutilezas mitológicas não merecem ser submetidas a um exame sério", prossegue Aristóteles. "Voltemo-nos antes para o lado daqueles que raciocinam pela via da demonstração" (II, 1000 a 11-20). (VERNANT, 1999, p.177, 178).

Dessa forma, o antropólogo francês (1999, p.178) enfatiza que entre o mythos e logos a separação agora é tal que a comunicação entre esses termos não se efetua mais; o diálogo é impossível, o corte consumado. "Mesmo quando parecem visar o mesmo objeto, apontar na mesma direção, os dois gêneros de discurso permanecem mutuamente impermeáveis. Escolher um tipo de linguagem, dali em diante, é despedir-se do outro".

Vernant (1999, p.188) argumenta que na Antiguidade clássica, parece não ser reconhecido ao mito, lugar, aparência, ou função que lhe sejam próprios.

Ou se define o mito negativamente, por uma série de faltas ou de ausências: ele é não sentido, não razão, não-verdade, não-realidade. Ou, se se concede a ele um modo de ser positivo, é para reduzi-lo a outra coisa que não ele mesmo, como se só tivesse acesso à existência por uma transferência para um outro lugar, e com sua tradução para uma língua e um pensamento estranhos. Ora é assimilado, em seu aspecto de fabulação, à criação poética, à ficção literária, sendo ligado a esse poder de imaginação que certamente nos encanta, mas como 'senhora do erro e da falsidade'. Ora lhe é concedido uma significação de verdade mas para que essa seja logo reconduzida à mesma significação que pertence ao discurso filosófico, do qual aparece então como uma aproximação desajeitada ou uma alusão indireta. (VERNANT, 1999, p. 189).

Para Vernant (1999, p.189), em todos esses casos, tanto em seu estatuto como em sua palavra, o mito aparece como alegoria; tanto não ocupa um domínio próprio quanto não fala uma língua



verdadeiramente sua. "Na tradição de pensamento que nos vem dos gregos, marcada pelo selo do racionalismo, o mito, apesar de seu lugar, impacto e importância, acha-se apagado, quando não é pura e simplesmente rejeitado em nome do logos, em seus aspectos e funções específicos". Rodolfo Lopes (2015, p.62) explica que apenas em Platão as palavras mythos e logos começam a ser pensadas como duas modalidades discursivas diferentes.

O mythos define-se por uma narratividade monológica, na qual se articulam imagens e símbolos que exigem uma interpretação. O logos, pelo contrário, procede num ritmo dialógico (isto é, algo que vai progredindo, passo por passo, numa sequência determinada por exigências de necessidade formal), tendo em vista uma certa forma de argumentação que visa apresentar um resultado. (LOPES, 2015, p.62).

Lopes destaca que, no entender de Brisson (1982, p. 139-140), a oposição entre logos e mythos em Platão pode ser interpretada como uma oposição, respectivamente, entre discurso verificável/discurso inverificável e entre discurso argumentativo/discurso narrativo.

Assim, o logos, ao seguir uma ordem racional, definida por um encadeamento em função de regras formais e tendo em vista uma conclusão necessária, pode ser caracterizado em função da sua veracidade, conforme a estrutura discursiva esteja ou não adequada ao objecto que designa. Pelo contrário, o mythos, pelo facto de seguir um encadeamento puramente contingente (diegético, se quisermos) e de não se dirigir a nenhuma conclusão, não admite uma validação por um critério externo de verdade: é inverificável. [...] O logos define-se por uma reflexão especulativa em que se toma a si mesmo por objecto, tendo em vista uma autojustificação. O mythos, pelo contrário, denuncia uma forma especular que pretende reflectir algo de absolutamente inacessível (a totalidade do real), não precisando, pois, de se voltar sobre si mesmo. (LOPES, 2015, p.62,63).

Ao analisar o termo λόγος como um discurso argumentativo e verificável, que é a base para o conhecimento científico, é possível observar, nesse momento, o desenvolvimento da teo-logia como um saber de carácter científico.

4 TEOLOGIA E CIÊNCIA

Frederico Pieper (2015, p.101), explica que o termo teologia aparece pela primeira vez no contexto filosófico na República de Platão como repúdio ao tratamento mitológico dos deuses oferecido pelos pensadores anteriores a ele. "Em Platão, que emprega o termo pela primeira vez, teologia significa o modo de se falar sobre os deuses evitando a exagerada antropomorfização, tal como empreendida por Hesíodo e por Homero". Pieper (2015, p.101) ressalta que em uma conferência de 1927, realizada na cidade de Tübingen, Alemanha, o filósofo alemão Martin Heidegger apresentou o texto Fenomenologia e teologia definindo a teologia como "ciência ôntica autônoma que busca promover o auto-esclarecimento da existência determinada pela fé". Dessa forma, Pieper (2015, p.111) afirma que a teologia, enquanto ciência positiva da fé, constitui-se pressupondo essa abertura mais originária no intuito de lhe conferir interpretação teórica:



Para que seja possível, a teologia deve pressupor que se possa falar racionalmente e com certa objetividade do seu “objeto”. Caso contrário, ela se tornaria tarefa impossível. Por outro lado, a teologia (diferentemente da fenomenologia) admite algo que não é dado originariamente no Dasein: a fé. [...] Em termos mais claros, a teologia é a auto- interpretação teórica da existência determinada pela fé. (PIEPER, 2015, p.111).

Segundo Pieper (2015, p.112), nesse contexto, para Heidegger, é possível afirmar a cientificidade da teologia: "Teologia é a ciência da fé". (HEIDEGGER, GA9, 2008, p.65/1976, p.55). Pieper (2015, p.112) afirma que, a partir disso, pode-se delimitar melhor a teologia. Em primeiro lugar, ela é historiológica. Isso quer dizer: a teologia é hermenêutica. Não no sentido de uma hermenêutica que interpreta algo que lhe seja exterior ou externo, considerado de menor importância. Antes, a interpretação mesma está implicada na fé.

Por isso, Heidegger diz que ela é auto- interpretação. A fé interpreta a si mesma, tomando a si mesma como critério. O seu caráter sistemático não é derivado de um conjunto de proposições verdadeiras, no sentido de se construir um sistema para provar sua validade ou mesmo como sistema que se vale de conceitos filosóficos e estranhos à ela. Antes, ela é sistemática na medida em que se constrói a partir da fé, valendo-se de conceitos que lhe são peculiares. Portanto, uma vez que seu caráter sistemático se dá na dependência da existência na fé, quanto mais historiológica, mais sistemática ela pode ser. Não há, dessa maneira, oposição entre o seu caráter historiológico e sistemático. (PIEPER, 2015, p.112,113).

Pieper (2015, p.113) explica que a teologia não deve ser concebida como mera especificação de outros âmbitos mais amplos do saber, como se fosse, por exemplo, parte da história cultural ou da psicologia.

Se ela é concebida como estudo dos estados psicológicos do ser humano em relação às suas vivências religiosas, nada mais seria do que derivação da psicologia e não poderia ser assumida como disciplina autônoma. Desse modo, “a teologia, ela mesma, fundamenta-se [begründet] primariamente pela fé, mesmo que seus enunciados e processos demonstrativos provenham formalmente de puras ações da razão. (HEIDEGGER, GA9, 2008, p. 71 / 1976, p. 60-61 *apud* PIEPER, 2015, p.113).

De acordo com Pieper (2015, p.119), para Heidegger, teologia é ciência da fé, que lida com o que é crido, sendo que a fé tem historicidade própria. "Assim, a teologia é auto-clarificação da fé. O resultado dessa reflexão é a compreensão da teologia como explicitação da existência cristã". Pieper conclui então, que Heidegger desenvolve certas noções que garantam a autonomia e cientificidade da teologia.

Essa autonomia reside, fundamentalmente, no fato de que a) os entes dos quais a teologia se ocupa são desvelados por meio da fé; b) além de possibilitar o acesso aos entes, a fé mesma se constitui como objetos temáticos da teologia; e, c) a teologia não deve emprestar categorias de outros âmbitos do saber, mas desenvolver sua conceitualidade própria a partir da fé. Como se pode observar, a teologia parte da fé e volta-se para ela. [...] Ou seja, a teologia não tem por objeto primeiro a noção de Deus, mas busca interpretar a existência na fé, partindo da própria fé. (PIEPER, 2015, p.120, 129).



5 TEOLOGIA E LINGUAGEM LÓGICO-CIENTÍFICA

O professor Rudolf von Sinner (2007, p.57), destaca que a teologia no seu caráter científico está sendo questionada tanto por parte de outras ciências, quanto por parte dos fiéis que temem perder sua fé ao estudar a teologia academicamente. Definindo a teologia como a reflexão metodologicamente responsável sobre o falar de Deus, Sinner defende que essa disciplina do saber seja encarada como jogo de palavras, a ser feito com humor, com paixão e com-paixão, com esmero acadêmico e no reconhecimento de sua responsabilidade pública.

Se o estudo da teologia pode alcançar algo positivo, seria precisamente tornar o afazer teológico algo gostoso. Temos que fazer teologia com paixão (e com-paixão), mas também com humildade, reconhecendo que é nada mais nem menos que um “jogo de palavras” (Wittgenstein). (SINNER, 2007, p.57).

De acordo com Dietrich Ritschl e Martin Heiler (*apud* SINNER, 2007, p.59) enquanto teologia acadêmica, a teologia precisa argumentar, dar suporte teórico a suas afirmações, explorando a gramática da fé. "Isto produz identidade na fé cristã, pois segura a coerência nas variadas tentativas de traduzir as narrativas [stories] bíblicas em ensinamentos teológicos". Para não reproduzir ou criar novos mitos (entendidos como linguagem fictícia, não verificável, não argumentativa, acrítica, e não científica) na interpretação e nos estudos teológicos, é preciso captar o que de fato o autor bíblico quer dizer em seus escritos, para desenvolver uma correta hermenêutica. Sinner (2007, p.59,60) afirma que essa "captação" não ocorre por uma compreensão (supostamente) literal, direta, que nega a diferença de tempo e contexto entre o momento da escrita e da leitura. Também não é por congenialidade com o autor, como diria Schleiermacher:

Sabemos muito pouco sobre o autor, ou o grupo de autores, e, uma vez que o texto foi escrito, ele também assume uma dinâmica própria. Como diria Croatto, ele assume uma nova polissemia após ser publicado, ele pode ser lido de várias maneiras, correspondendo ou não à intenção do autor. O autor desaparece atrás do texto, ainda mais quando é um texto tão velho. A verdade também não está no texto enquanto estrutura, como queriam os estruturalistas. Ela se encontra atrás ou embaixo do texto, para usar estas metáforas espaciais, estando lá o axioma que rege nosso falar de Deus. (SINNER, 2007, p.60).

Sinner (2007, p.61) explica que, portanto, a teologia é a reflexão metodologicamente responsável sobre o falar de Deus, esta linguagem primária que proclama a boa nova de Deus e se dirige a Ele em louvor e oração. "Não é restrita a teólogas e teólogos academicamente formados, mas é de forma especial tarefa destas e destes apresentarem e discutirem argumentos teológicos sobre determinado assunto da fé". É nesse sentido que a teologia é ciência, afirma o professor (2007, p.61): "está sempre à procura da verdade, ainda que não a possua nem a possa encontrar de forma absoluta. Apresenta o que dela percebe com argumentos que podem ser criticados e discutidos". Sinner (2007, p.61,62) argumenta que embora se compreenda a fé,



afinal, apenas de dentro, e assim também a teologia, é possível falar sobre a fé de forma acadêmica, descritiva, exploratória. "Precisamente por isso é que a teologia tem seu direito na academia, porque consegue fazer esta ponte do viver da fé para o pensar sobre a fé. Nisto, ela precisa da filosofia para articular-se, pois esta providencia um instrumentário analítico útil para o afazer teórico-científico da teologia". O professor (2007, p.62) destaca que Teologia, palavra usada desde Platão, significa literalmente o falar sobre Deus e falar de Deus. "A fé é nossa reação à palavra de Deus, o *logos theou*, enquanto o falar sobre Deus é possível apenas de forma mediada". Segundo Sinner (2007, p.63), o objeto da teologia acadêmica, então, não é propriamente Deus, mas o falar de Deus. Analisa como a fé está sendo explicitada, com quais argumentos, recorrendo a quais fontes de que modo, e observando e analisando os diferentes modos de se fazer a explicação da fé. "Nesta observação, entra também o contexto, tanto histórico, desde a exegese bíblica até a história da doutrina, quanto atual, procurando fazer uma teologia relevante para o contexto contemporâneo em determinado lugar, sem esquecer a catolicidade da fé, ou seja, a coerência da fé ao longo do tempo e no conjunto das vozes do ecumenismo hodierno".

Sinner (2007, p.64) explica que no conjunto das ciências, a teologia mantém aberta a possibilidade de algo novo, diferente, inédito, enquanto mostra os limites de todo conhecimento humano. Afirma o teólogo alemão Ingolf Ulrich Dalferth:

Com boa razão a teologia está [...] sendo ensinada em universidades desde que estas existiam na Europa. Ela tem e procura seu lugar no âmbito da ciência institucionalizada [...] Isto não quer dizer que a teologia deveria submeter-se a um princípio de ciência alheia ao seu assunto e ignorar seu caráter próprio como responsabilidade pensadora da fé cristã. Quer dizer, isto sim, que aceita o dever de prestar contas publicamente sobre seu raciocínio, portanto envolver-se no discurso crítico-argumentativo sobre suas temáticas e seus argumentos. (DALFERTH, 2000, *apud* SINNER, 2007, p.64).

Para Sinner (2007, p.64), é bom que a teologia esteja sendo exercitada com exigências acadêmicas, com esmero científico, onde uma variedade de argumentos pode ser testada.

A faculdade de teologia é um laboratório para dentro e para fora, não para fugir das questões existenciais da fé ou eximir-se de dar uma posição sobre assuntos da fé e do mundo, mas para exercitar modos de explicar, compreender e discutir [...] Isto é altamente saudável e é facilitado pelo estatuto da teologia como ciência, reconhecida oficialmente no cânon das ciências também no Brasil desde 1999. (SINNER, 2007, p.65).

Fundamental, portanto, é responsabilidade diante do outro (SILVA; KLEMZ). Diante da complexidade da vida em sociedade, a ética cristã nos interpela a ir além de normas abstratas e preceitos distantes da experiência concreta, conforme apontam os autores. O chamado do evangelho e a sua proclamação nos convoca à responsabilidade radical diante do outro, especialmente daquele que sofre, que é invisibilizado ou marginalizado. Essa responsabilidade diante do outro é o terreno onde se revela,



verdadeiramente, o seguimento de Cristo: não em palavras vazias, mas em atitudes que transformam o mundo a partir do amor.

6 CONCLUSÃO

A teo-logia adquire o seu caráter como disciplina de linguagem lógica ao tratar o conteúdo do seu estudo de forma racional obtido por meio da reflexão, da argumentação e da discussão que são características do saber filosófico. Ela também assume o seu caráter científico por se tratar de uma disciplina prática, de conteúdo e argumentos verificáveis que possuem critérios (teóricos e práticos) para sua execução, viabilidade e comprovação. Essa comprovação é observável no cotidiano de comunidades eclesiais, nas variadas expressões religiosas, na manutenção e prática da fé que é exercida com base em uma teologia que, por meio de sua ética e moral, determina comportamentos sociais. Sendo assim, uma teo-logia desenvolvida de maneira coerente, rigorosa que busque o real sentido da linguagem e mensagem bíblicas com dedicação ao ensino (Rm 12.7) e aos estudos, sem abrir mão da fé, pode revelar o λόγος τοῦ Θεοῦ (*logos tou Theou* = Palavra de Deus) e desconstruir os mitos soprados por “ventos de doutrina” que podem ser criados em nossas comunidades cristãs pela astúcia e esperteza de homens que induzem ao erro (Ef 4.14).

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a linguagem religiosa exerce um papel formativo e transformador no contexto das comunidades de fé. Mais do que transmitir conteúdos, essa linguagem contribui para a construção de sentidos, influenciando percepções, comportamentos e formas de convivência. Diante desse cenário, ressalta-se a importância de que os discursos produzidos por lideranças espirituais estejam fundamentados em princípios éticos e em uma teologia interpretada com rigor e responsabilidade.

A teologia, nesse sentido, não deve ser compreendida como um discurso opinativo ou mitológico, mas como um campo do saber que busca interpretar criticamente a fé e comunicá-la de forma coerente e fundamentada. A reflexão sobre as formas de linguagem utilizadas no âmbito religioso revela a necessidade de se promover um discurso que, além de mobilizar afetos e adesões, seja também capaz de provocar reflexões, fortalecer vínculos comunitários e contribuir para a formação de sujeitos conscientes e comprometidos com o bem comum.

Em um tempo marcado por discursos fragmentados e polarizações, refletir sobre a evangelização na contemporaneidade (CAMARA et al., 2023) e o uso da linguagem nas práticas religiosas constitui uma ação fundamental para o fortalecimento de experiências de fé mais inclusivas, críticas e transformadoras.



REFERÊNCIAS

BRISSON, L. Platon: les mots et les mythes. Paris: François Maspero, 1982.

CAMARA, Thiago Jonatas Ferreira et al. A evangelização através da televisão. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 15, n. 12, p. 17473-17488, 2023.

JARESKI, Kris. Mito e lógos em Platão: Um estudo a partir de excertos dos diálogos República, Político e Fedro. São Paulo: Paulus, 2015.

LOPES, Rodolfo. Usos e sentidos de mythos e logos antes de Platão. Prometheus - Journal of Philosophy, [S. l.], v. 8, n. 18, 2015. DOI: 10.52052/issn.2176-5960.pro.v8i18.3840. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/prometeus/article/view/3840>. Acesso em: 21 ago. 2024.

PIEPER, Frederico. Filosofia e teologia em Heidegger. Notas sobre a conferência Fenomenologia e teologia de 1927. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, v.17, n.2, 2015. DOI: 10.34019/2236-6296.2014.v17.21983. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21983>. Acesso em: 15 aug. 2023.

SILVA, A. R. L. D., KLEMZ, C. (2024). A ética de Dietrich Bonhoeffer em diálogo com Ênio Mueller. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, 17(10), e11149. Dispon[ível em: 10.55905/revconv.17n.10-006. Acesso em 20 abr. 2025.

SINNER, Rudolf von. Teologia como ciência. Estudos Teológicos, v.47, n.2, p.57-66, 2007. DOI: 10.22351/et.v47i2.447. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/447/410. Acesso em: 15 ago. 2024.

VERNANT, Jean-Pierre. Mito e sociedade na Grécia Antiga. Tradução de Myriam Campello. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas. Tradução e Prefácio de M.S. Lourenço. 6ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.